



RELATÓRIO CONTÁBIL 2023

Justiça Federal da 5ª Região

Unidade Gestora: Justiça Federal de Primeiro Grau – RN

Código no SIAFI: 090007



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS
2023



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte

HALLISON REGO BEZERRA
Juiz Federal Diretor do Foro

BRENO GOMES ALVES
Diretor da Secretaria Administrativa

WENDELL MEDEIROS DE AZEVEDO
Diretor do Núcleo Financeiro e Patrimonial

SAMUEL SANTOS SIMÕES
Analista Judiciário – Especialidade Contadoria
Contador Responsável
CRC RN-012773/O

Sumário

Sumário

Apresentação	5
Declaração Anual do Contador	6
Demonstrações Contábeis	7
BALANÇO PATRIMONIAL.....	7
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	9
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	10
BALANÇO FINANCEIRO	12
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	14
Notas Explicativas	15
INFORMAÇÕES GERAIS	15
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	16
Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa	20
Nota 02 - Créditos a Curto Prazo	20
Nota 03 - Estoques.....	20
Nota 04 - Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada.....	21
Nota 05 - Imobilizado.....	21
Nota 06 - Intangível.....	23
Nota 07 - Passivo Circulante.....	23
Nota 08 - Ajustes de Exercícios Anteriores	24
Nota 09 - Atos Potenciais Ativos	24
Nota 10 - Obrigações Contratuais	25
Nota 11 - Taxas	25
Nota 12 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	25
Nota 13 - Transferências Financeiras Recebidas	26
Nota 14 - Ganhos com Incorporação de Ativos.....	26
Nota 15 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	26
Nota 16 - Pessoal e Encargos	26
Nota 17 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais	28
Nota 18 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo.....	28
Nota 19 - Transferências Financeiras Concedidas	29
Nota 20 - Desincorporação de Ativos	30
Nota 21 - Tributárias	30
Nota 22 - Receitas Orçamentárias	30
Nota 23 - Despesas Orçamentárias.....	31
Nota 24 - Execução dos Restos a Pagar não Processados	33
Nota 25 - Inscrição de Restos a Pagar Processados	33
Nota 26 - Inscrição de Restos a Pagar Não Processados.....	33
Nota 27 - Desembolsos das Atividades Operacionais.....	34
Nota 28 - Desembolsos das Atividades de Investimento	35
Nota 29 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	36

Apresentação

O Relatório Contábil tem a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial da Justiça Federal de Primeiro Grau do Rio Grande do Norte (JFRN).

As demonstrações contábeis e notas explicativas são de responsabilidade da Administração.

Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis. Os gestores por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações e os profissionais de contabilidade por analisarem as informações e proporem as soluções para corrigirem eventuais inconsistências.

Nesse sentido, a conformidade contábil da JFRN é realizada, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), pelo contador responsável que, além dos processos de conformidade realizados mensalmente, ao final do exercício emite a Declaração Anual do Contador, conforme previsto no item 5.4 da Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil.

As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público são compostas pelos seguintes demonstrativos:

- **Balanço Patrimonial:** tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público por ele gerido, bem como os atos potenciais.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais:** visa a evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.
- **Balanço Orçamentário:** objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.
- **Balanço Financeiro:** tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa:** visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, ou seja, as entradas e as saídas de recursos durante o período e o resultado desse fluxo, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que este último não se aplica à Justiça Federal. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** evidencia as operações que alteraram a composição o Patrimônio Líquido no exercício. No entanto, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição, essa demonstração é apenas obrigatória para empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedade anônima, sendo facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação, contexto em que se enquadra a JFRN.

A seguir, são apresentadas a Declaração Anual do Contador, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas.

Declaração Anual do Contador

Declaração com Restrição

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2023 da Justiça Federal de Primeiro Grau do RN (JFRN), UG 090007.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e suas Notas Explicativas (NE), encerradas em 31 de dezembro de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto ao assunto mencionado a seguir:

1. Não foi executada a avaliação de bens imóveis (Restrição 634)

Desde 2016 não se realizam avaliações dos imóveis utilizados pela JFRN. Ao final do exercício de 2023, havia R\$ 6.114.921,09 (seis milhões, cento e quatorze mil novecentos e vinte e um reais e nove centavos) em investimentos pendentes de atualização na base do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial - SPIUNET. Esse valor corresponde a 5,5% do total registrado para os imóveis no SIAFI e não compõe a base de cálculo para a depreciação. Ressalte-se que o valor de mercado dos bens pode diferir significativamente do contabilmente registrado, o que destaca a importância da atualização.

A área técnica informou que se iniciou processo administrativo para atualizar os registros relativos aos bens imóveis. Adicionalmente, objetiva-se, no exercício de 2024, dar andamento à avaliação e à atualização cadastral desses bens.

Estou Ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Natal/RN, 17/01/2024

Samuel Santos Simões

CRC RN-012773/O

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

ESPECIFICAÇÃO	NE	R\$ Reais	
		2023	2022
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		12.174.839,24	13.056.863,57
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	1.748.279,20	3.882.329,91
Créditos a Curto Prazo	02	10.188.171,90	8.274.508,41
Estoques	03	220.938,82	359.858,00
VPDs Pagas Antecipadamente	04	17.449,32	540.167,25
ATIVO NÃO CIRCULANTE		131.779.315,00	123.706.742,18
Imobilizado	05	127.940.728,24	118.985.867,13
Bens Móveis		17.522.539,77	9.044.560,05
Bens Móveis		39.407.565,17	29.816.532,06
(-) Depreciação Acum. de Bens Móveis		-21.885.025,40	-20.771.972,01
Bens Imóveis		110.418.188,47	109.941.307,08
Bens Imóveis		111.580.841,53	110.816.102,23
(-) Depreciação Acum. de Bens Imóveis		-1.162.653,06	-874.795,15
Intangível	06	3.838.586,76	4.720.875,05
Softwares		3.838.586,76	4.720.875,05
Softwares		6.188.527,86	5.654.004,86
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-2.349.941,10	-933.129,81
TOTAL DO ATIVO		143.954.154,24	136.763.605,75
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE	07	7.875.190,27	1.318.485,27
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		5.188.330,40	211.873,10
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		83.699,17	1.001.844,46
Demais Obrigações a Curto Prazo		2.603.160,70	104.767,71
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		7.875.190,27	1.318.485,27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Resultados Acumulados		136.078.963,97	135.445.120,48
Resultado do Exercício		2.706.269,44	9.967.216,03
Resultados de Exercícios Anteriores		135.445.120,48	122.465.209,79
Ajustes de Exercícios Anteriores	08	-2.072.425,95	3.012.694,66
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		136.078.963,97	135.445.120,48
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		143.954.154,24	136.763.605,75

Fonte: SIAFI.

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

R\$ Reais

	2023	2022
ATIVO (I)	143.954.154,24	136.763.605,75
ATIVO FINANCEIRO	1.748.279,20	3.882.436,37
ATIVO PERMANENTE	142.205.875,04	132.881.169,38
PASSIVO (II)	11.949.830,00	4.003.983,58
PASSIVO FINANCEIRO	7.071.213,20	2.810.244,83
PASSIVO PERMANENTE	4.878.616,80	1.193.738,75
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I-II)	132.004.324,24	132.759.622,17

Fonte: SIAFI.

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

R\$ Reais

	NE	2023	2022
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas		1.055.910,04	978.450,59
Direitos Contratuais		-	1.391.558,93
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	09	1.055.910,04	2.370.009,52
Atos Potenciais Passivos			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		578.294,83	3.568.234,54
Obrigações Contratuais	10	35.411.307,71	33.686.732,81
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		35.989.602,54	37.254.967,35

Fonte: SIAFI.

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Reais

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.957.603,49
Recursos Vinculados	-365.330,51
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-72.389.046,74
Previdência Social (RPPS)	-421.099,41
Dívida Pública	144.778.093,48
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-72.333.277,84
TOTAL	-5.322.934,00

Fonte: SIAFI.



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$ Reais

	NE	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		214.970.649,71	204.164.760,55
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.317.465,66	1.284.056,53
Taxas	11	1.317.465,66	1.284.056,53
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		91.585,20	85.785,92
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	12	91.585,20	85.785,92
Transferências e Delegações Recebidas		206.393.461,68	198.807.706,64
Transferências Intragovernamentais	13	205.981.570,03	198.734.280,46
Outras Transferências e Delegações Recebidas		411.891,65	73.426,18
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		5.238.274,69	1.282.715,37
Ganhos com Incorporação de Ativos	14	5.218.614,87	1.282.555,87
Ganhos com Desincorporação de Passivos		19.659,82	159,50
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.929.862,48	2.704.496,09
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	15	1.929.862,48	2.704.496,09
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		212.264.380,27	194.197.544,52
Pessoal e Encargos	16	142.138.434,57	134.985.959,85
Remuneração a Pessoal		110.436.749,08	102.677.999,97
Encargos Patronais		17.385.554,68	20.417.602,54
Benefícios a Pessoal		8.669.625,23	6.368.899,89
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		5.646.505,58	5.521.457,45
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17	29.975.147,30	26.530.566,34
Aposentadorias e Reformas		25.678.500,90	22.232.995,55
Pensões		3.911.688,72	3.750.843,75
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		384.957,68	546.727,04
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18	28.425.575,14	24.732.096,05
Uso de Material de Consumo		1.378.837,35	1.255.073,67
Serviços		23.951.378,22	21.483.569,98
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.095.359,57	1.993.452,40
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		13,60	138,59
Juros e Encargos de Mora		13,60	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	138,59
Transferências e Delegações Concedidas		8.948.740,63	5.467.233,20
Transferências Intragovernamentais	19	8.588.952,57	5.366.942,34
Outras Transferências e Delegações Concedidas		359.788,06	100.290,86
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		855.557,23	846.253,89
Perdas Involuntárias		2.433,99	-
Incorporação de Passivos		19.559,82	-
Desincorporação de Ativos	20	833.563,42	846.253,89
Tributárias	21	1.920.680,88	1.629.727,47
Taxas		103.487,61	91.967,85
Contribuições		1.817.193,27	1.537.759,62
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		230,92	5.569,13
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		230,92	5.569,13
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)		2.706.269,44	9.967.216,03

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ Reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas Orçamentárias	22	-	-	-	-
Déficit				207.327.210,70	207.327.210,70
TOTAL		-	-	207.327.210,70	207.327.210,70

Fonte: SIAFI.

R\$ Reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES (I)		-	-	194.710.193,22	193.922.790,41	190.939.735,52	-194.710.193,22
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	158.204.835,49	157.996.754,69	155.835.351,97	-158.204.835,49
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		-	-	36.505.357,73	35.926.035,72	35.104.383,55	-36.505.357,73
DESPESAS DE CAPITAL (II)		-	-	12.617.017,48	10.241.478,22	10.228.777,68	-12.617.017,48
Investimentos		-	-	12.617.017,48	10.241.478,22	10.228.777,68	-12.617.017,48
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (IV) = (I+II+III)	23	-	-	207.327.210,70	204.164.268,63	201.168.513,20	-207.327.210,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (V)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)		-	-	207.327.210,70	204.164.268,63	201.168.513,20	-207.327.210,70
Superávit (VII)							
TOTAL (VIII) = (VI+VII)		-	-	207.327.210,70	204.164.268,63	201.168.513,20	-207.327.210,70

Fonte: SIAFI.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$ Reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES		-	1.491.856,50	573.953,85	573.953,85	39.994,99	877.907,66
Pessoal e Encargos Sociais		-	1.263.152,31	355.097,70	355.097,70	30.146,95	877.907,66
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		-	228.704,19	218.856,15	218.856,15	9.848,04	-
DESPESAS DE CAPITAL		-	1.193.641,81	999.285,98	999.285,98	160.565,83	33.790,00
Investimentos		-	1.193.641,81	999.285,98	999.285,98	160.565,83	33.790,00
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL	24	-	2.685.498,31	1.573.239,83	1.573.239,83	200.560,82	911.697,66

Fonte: SIAFI.

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$ Reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	28.024,42	28.024,42	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	4.948,92	4.948,92	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	23.075,50	23.075,50	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	95.972,25	95.972,25	-	-
Investimentos	-	95.972,25	95.972,25	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	123.996,67	123.996,67	-	-

Fonte: SIAFI.



BALANÇO FINANCEIRO

R\$ Reais

ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
INGRESSOS			
Receitas Orçamentárias (I)	22	-	-
Transferências Financeiras Recebidas (II)	13	205.981.570,03	198.734.280,46
Resultantes da Execução Orçamentária		205.935.813,09	198.593.764,49
Repasso Recebido		56.776,37	
Sub-repasso Recebido		205.879.036,72	198.543.764,48
Sub-repasso Devolvido			50.000,01
Independentes da Execução Orçamentária		45.756,94	140.515,97
Transferências Recebidas para Pagamento de RP			131.582,05
Demais Transferências Recebidas		28.879,83	100,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais		16.877,11	8.833,92
Recebimentos Extraorçamentários (III)		10.362.476,11	7.289.316,83
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	25	2.995.755,43	123.996,67
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	26	3.162.942,07	2.685.498,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		864.590,62	404.872,05
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.339.187,99	4.074.949,80
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		168,19	490,35
Restituições a Pagar			100,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			159,50
Arrecadação de Outra Unidade		3.338.913,34	4.074.199,95
Valores para Compensação		106,46	
Saldo do Exercício Anterior (IV)		3.882.329,91	685.957,47
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.882.329,91	685.957,47
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		220.226.376,05	206.709.554,76
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias (VI)		207.327.210,70	196.270.184,71
Ordinárias		180.015.022,02	169.289.783,88
Vinculadas		27.312.188,68	26.980.400,83
Previdência Social (RPPS)		25.417.787,92	25.447.465,58
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.894.400,76	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			1.532.935,25
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	19	8.588.952,57	5.366.942,34
Resultantes da Execução Orçamentária		2.737.488,51	1.180.011,55
Repasso Concedido		2.737.488,51	1.178.858,95
Sub-repasso Devolvido			1.152,60
Independentes da Execução Orçamentária		5.851.464,06	4.186.930,79
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		2.481.126,36	103.696,92
Movimento de Saldos Patrimoniais		3.370.337,70	4.083.233,87
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		2.561.933,58	1.190.097,80
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		123.996,67	22.796,43
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	24	1.573.239,83	762.322,86
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		864.590,62	404.872,05
Outros Pagamentos Extraorçamentários		106,46	106,46
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		100,00	
Valores Compensados			106,46
Demais Pagamentos		6,46	



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte

Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	1.748.279,20	3.882.329,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.748.279,20	3.882.329,91
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	220.226.376,05	206.709.554,76

Fonte: SIAFI.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R\$ Reais

		2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	NE	9.189.985,20	11.241.056,71
INGRESSOS		210.185.180,45	203.213.611,96
Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		210.185.180,45	203.213.611,96
Ingressos Extraorçamentários		864.590,62	404.872,05
Restituições a Pagar			100,00
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			159,50
Transferências Financeiras Recebidas	13	205.981.570,03	198.734.280,46
Arrecadação de Outra Unidade		3.338.913,34	4.074.199,95
Valores para Compensação		106,46	
DESEMBOLSOS	27	-200.995.195,25	-191.972.555,25
Pessoal e Demais Despesas		-174.369.442,77	-165.279.223,36
Judiciário		-137.101.794,39	-132.003.840,25
Previdência Social		-27.212.966,67	-25.338.301,74
Encargos Especiais		-10.054.849,90	-7.937.571,72
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		168,19	490,35
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-17.172.102,83	-20.921.411,04
Intragovernamentais		-17.172.102,83	-20.921.411,04
Outros Desembolsos Operacionais		-9.453.649,65	-5.771.920,85
Dispêndios Extraorçamentários		-864.590,62	-404.872,05
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-100,00	
Transferências Financeiras Concedidas	19	-8.588.952,57	-5.366.942,34
Valores Compensados			-106,46
Demais Pagamentos		-6,46	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-11.324.035,91	-8.044.684,27
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS	28	-11.324.035,91	-8.044.684,27
Aquisição de Ativo Não Circulante		-10.376.821,47	-2.942.856,15
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-947.214,44	-5.101.828,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		-	-
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)	29	-2.134.050,71	3.196.372,44
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		3.882.329,91	685.957,47
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	01	1.748.279,20	3.882.329,91

Fonte: SIAFI.

Notas Explicativas

INFORMAÇÕES GERAIS

Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de dezembro de 2023

Unidade Gestora:

090007 – Justiça Federal de Primeiro Grau do Rio Grande do Norte (JFRN)

Base para Elaboração das Notas Explicativas:

Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP - 9ª Edição – Parte V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), item 8.

Natureza jurídica da entidade:

A Justiça Federal de Primeiro Grau do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ sob o número 05.441.836/0001-45, é um órgão da Justiça Federal, que compõe o Poder Judiciário brasileiro, e está vinculada ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Domicílio da entidade:

A JFRN tem a sua sede administrativa na Rua Dr. Lauro Pinto, nº 245, Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-250. Site: www.jfrn.jus.br

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

A sua competência encontra-se definida no Art. 109 da Constituição Federal. A principal atividade é o julgamento de processos de sua competência.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis representam o modelo elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, as quais foram extraídas do Sistema Integrado de Administração do Governo Federal – SIAFI, e estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto às Restrições que constam da Declaração do Contador.

Dessa forma, as demonstrações são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Inicialmente frise-se que as demonstrações estão apresentadas com valores em unidades de real (R\$)

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da JFRN, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Representa o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(b) Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber realizáveis no curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos concedidos e créditos tributários.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

(c) Estoques

Compreende o valor dos materiais em almoxarifado destinados ao consumo interno da unidade.

O método para mensuração e avaliação das entradas dos bens de almoxarifado é o custo de aquisição ou produção. Já para as saídas, é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964.

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviço à entidade ocorrerão em exercício(s) seguinte(s). A base de mensuração é o custo histórico.

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo, tais como:

I - Créditos a receber de pessoal, de multas administrativas ou créditos tributários;

II - VPD pagas antecipadamente.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). A amortização de bens intangíveis de vida útil definida foi calculada e registrada mensalmente.

(h) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação e Amortização

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização, na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunções 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut., e Funda, e 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponíveis no sítio do Tesouro Nacional e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, de 4 de julho de 2023, esta última aplicável aos bens imóveis.

Reavaliação de bens imóveis

Segundo o art. 6º da Portaria Conjunta STN/SPU 10/2023, os valores dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados nas seguintes situações:

- I. quando aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil do imóvel;
- II. - quando houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;
- III. quando for comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros; ou
- IV. IV - quando a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Os bens imóveis da JFRN não foram reavaliados no exercício de 2023. Para mais informações, verificar o item 1 da Declaração Anual do Contador, constante neste Relatório Contábil.

Redução ao valor recuperável

Segundo esse critério, a entidade avalia se há ativo que possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deve-se estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução

ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas no Manual SIAFI, Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável e nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a NBC TSP 08 – Ativo Intangível e NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa, ambas de 22 de setembro de 2017.

Em 2023, nenhum ativo da JFRN foi submetido ao teste de recuperabilidade.

Depreciação e Amortização

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo imobilizado ou do intangível com vida útil definida, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção do Manual SIAFI 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

A JFRN realizou a depreciação e a amortização de seus bens móveis e intangíveis em 2023. Entretanto, ressalte-se que, para os bens imóveis, os valores pendentes de registro no SPIUnet não compõem a base para o cálculo da depreciação, conforme item 1 da Declaração Anual do Contador neste relatório.

Bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet foi realizada mensalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com dados gerados pela Secretaria de Patrimônio da União.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(i) Passivos Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações.

(j) Apuração do Resultado

Na contabilidade dos entes governamentais são apurados os seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta “Superavit/Deficit do Exercício”. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo representa o valor disponível na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme estabelecido pelo Órgão de Programação Financeira, para realização de pagamentos com vinculação específica. Abaixo, o detalhamento por fonte de recursos:

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa, composição por fonte de recursos. Valores em R\$.

Fonte	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
000 - Recursos livres da União	1.659.662,94	3.786.036,62	94,93%	-56,16%
027 - Serviços afetos às atividades específicas da Justiça	88.616,26	83.701,94	5,07%	5,87%
056 - Benefícios do RPPS da União	0,00	12.591,35	0,00%	-100,00%
Total	1.748.279,20	3.882.329,91	100,00%	-54,97%

Fonte: SIAFI

Nota 02 - Créditos a Curto Prazo

O saldo deste subgrupo, no exercício de 2023, apresenta a seguinte composição:

Tabela 2 - Créditos a curto prazo. Valores em R\$.

Conta Contábil	2023	2022	AV	AH
13 Salário - Adiantamento	0,00	1.612.334,30	0,00%	-100,00%
Adiantamento de Ferias	0,00	1.241.403,45	0,00%	-100,00%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	694.904,86	527.071,33	6,82%	31,84%
Adiantamento Auxílio-Alimentação	522.018,43	404.613,30	5,12%	29,02%
Adiantamento Auxílio-Transporte	3.033,16	1.193,72	0,03%	154,09%
IRRF a Compensar	0,00	106,46	0,00%	-100,00%
Valores a Rec. por Devolução Desp. Estornadas	17.651,73	0,00	0,17%	-
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	8.914.388,72	4.487.785,85	87,50%	98,64%
Adiantamento a Prestadores de Serviços	36.175,00	0,00	0,36%	-
Total	10.188.171,90	8.274.508,41	100,00%	23,13%

Fonte: SIAFI.

Os adiantamentos referentes a Termos de Execução Descentralizada referem-se ao programa de residência em Tecnologia da Informação do Instituto Metrópole Digital/UFRN, no percentual de 80,44%, e ao Projeto de Pesquisa Nisia-Higia, no percentual de 19,56%.

Nota 03 - Estoques

Representa o material de consumo, estocado na unidade, para utilização em suas operações, cuja composição, por subitem da natureza de despesa orçamentária, segue:

Tabela 3 - Estoques. Valores em R\$.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
07 - Gêneros de alimentação	6.101,95	8.905,00	2,76%	-31,48%
16 - Material de expediente	30.439,74	46.907,81	13,78%	-35,11%
17 - Material de TIC	45.250,08	91.333,67	20,48%	-50,46%
21 - Material de copa e cozinha	15.817,76	21.686,14	7,16%	-27,06%
22 - Material de limpeza e produtos de higienização	67.265,19	117.771,21	30,45%	-42,88%
24 - Material para manutenção de bens imóveis e instalações	12.935,91	14.612,91	5,85%	-11,48%
26 - Material elétrico e eletrônico	4.557,66	7.536,42	2,06%	-39,52%
28 - Material de proteção e segurança	13.075,17	14.941,26	5,92%	-12,49%
29 - Material para áudio, vídeo e foto	7.828,20	8.742,15	3,54%	-10,45%
36 - Material hospitalar	3.358,23	3.827,22	1,52%	-12,25%



50 - Bandeiras, flâmulas e insígnias	7.267,41	8.252,00	3,29%	-11,93%
Demais materiais estocados	7.041,52	15.342,21	3,19%	-54,10%
Total	220.938,82	359.858,00	100,00%	-38,60%

Fonte: SIAFI

Nota 04 - Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

O saldo deste subgrupo refere-se prêmios de seguros a apropriar, assinaturas e anuidades, conforme detalhado abaixo:

Tabela 4 - VPD paga antecipadamente. Valores em R\$.

Conta Contábil - Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Premios de Seguros a Apropriar	17.449,32	0,00
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	0,00	540.167,25

Fonte: SIAFI

O valor referente aos prêmios de seguros, em 31/12/2023, corresponde a seguro veicular para a frota da JFRN. Quanto às assinaturas, em 31/12/2022, a maior parcela do saldo, no valor de R\$ 508.442,25 (quinhentos e oito mil quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos), corresponde a serviços relativos a pacote de softwares Microsoft Office, utilizados no exercício de 2023. Nova contratação encontra-se em andamento, no valor de R\$ 549.263,05 (quinhentos e quarenta e nove mil duzentos e sessenta e três reais e cinco centavos).

Nota 05 - Imobilizado

Em 31/12/2023, o valor líquido contábil do imobilizado, cuja distribuição entre móveis e imóveis detalha-se na Tabela 5, representou 88,88% do valor do total do ativo. Destaque-se, conforme item 1 da Declaração Anual do Contador, constante neste relatório, que os imóveis da JFRN encontram-se com valores desatualizados, consoante normas aplicáveis.

Tabela 5 - Imobilizado. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Bens Móveis (V = I - II)	17.522.539,77	9.044.560,05	12,17%	93,74%
Valor Bruto Contábil (I)	39.407.565,17	29.816.532,06		
Depreciação Acumulada (II)	21.885.025,40	20.771.972,01		
Bens Imóveis (VI = III - IV)	110.418.188,47	109.941.307,08	76,70%	0,43%
Valor Bruto Contábil (III)	111.580.841,53	110.816.102,23		
Depreciação Acumulada	1.162.653,06	874.795,15		
Total Líquido Contábil (VII = V + VI)	127.940.728,24	118.985.867,13	88,88%	7,53%

Fonte: SIAFI

a) Bens Móveis

No exercício de 2023, o valor líquido contábil dos bens móveis variou, por item de conta contábil, segundo a Tabela 6:

Tabela 6 - Bens móveis. Valores em R\$.

	31/12/2022	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2023	AV	AH
Máquinas, Aparelhos, Equipamento e Ferramenta	582.438,01	137.830,65	-27.060,84	-85.005,89	608.201,93	3,47%	4,42%
Bens de Informática	5.632.313,72	5.223.859,41	-249.258,97	-909.330,02	9.697.584,14	55,34%	72,18%
Moveis e Utensílios	1.645.061,40	783.412,83	-126.809,08	-293.053,61	2.008.611,54	11,46%	22,10%



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte

Mater. Cultural, Educacional e de Comunicação	392.074,11	336.719,46	-30.016,77	-60.046,16	638.730,64	3,65%	62,91%
Veículos	658.511,81	741.208,00	-58.776,59	-78.046,87	1.262.896,35	7,21%	91,78%
Armamentos	51.864,42	0,00	-238,59	-2.863,08	48.762,75	0,28%	-5,98%
Demais Bens Moveis	82.296,58	5.602,95	-40.341,32	-2.847,59	44.710,62	0,26%	-45,67%
Bens Moveis em Andamento	0,00	3.213.041,80	0,00	-	3.213.041,80	18,34%	-
Total	9.044.560,05	10.441.675,10	-532.502,16	-1.431.193,22	17.522.539,77	100,00%	93,74%

Fonte: SIAFI.

“Bens móveis em andamento” refere-se a adiantamentos realizados a fornecedores desses ativos. Nesse item, 89,94% destinam-se a aquisição de bens de informática e 10,06% a compra de veículo.

O item de maior relevância é “Bens de Informática”, que representa 55,34% dos bens móveis e, também, apresentou maior nível de investimento. As aquisições relacionadas a esses bens totalizaram R\$ 8.113.594,87 (incluindo os adiantamentos) e destinaram-se, em sua maior parcela, à aquisição de ativos de rede e computadores.

b) Bens Imóveis

Em 31/12/2023, o valor líquido contábil dos bens imóveis apresenta a seguinte composição, por item de conta contábil:

Tabela 7 - Bens imóveis. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET (Líquido)	104.126.490,83	104.414.348,74	94,30%	-0,28%
Bens Imóveis em Andamento	2.467.443,12	2.509.408,75	2,23%	-1,67%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	0,00	437.856,78	0,00%	-100,00%
Bens Imóveis a Classificar/ a Registrar	3.824.254,52	2.579.692,81	3,46%	48,24%
Total	110.418.188,47	109.941.307,08	100,00%	0,43%

Fonte: SIAFI

Os bens de uso especial compreendem os ativos que se destinam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral.

O Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET) possibilita o controle da utilização dos imóveis da União, classificados como “Bens de Uso Especial”. Compete à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) a gestão dos bens imóveis da União, bem como a administração e manutenção do SPIUNET.

Os “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET” representaram 94,30% do valor líquido contábil dos bens imóveis em 31/12/2023. Saliente-se que não ocorreram adições, baixas ou reavaliações. Os imóveis seguem detalhados.

Tabela 8 - Imóveis registrados no SPIUNET. Valores em R\$.

	Última avaliação	Valor do terreno	Valor das benfeitorias	Valor bruto contábil	AV
Sede da Subseção Judiciária em Ceará-Mirim/RN	17/06/2016	620.414,20	1.370.231,07	1.990.645,27	2%
Sede da Subseção Judiciária em Mossoró/RN		8.065.810,00	3.553.709,45	11.619.519,45	11%
Sede da Seção Judiciária do RN em Natal/RN		31.366.141,31	60.312.837,86	91.678.979,17	87%
Total		40.052.365,51	65.236.778,38	105.289.143,89	100%

Fontes: SIAFI e SPIUNET.



O saldo em 31/12/2023 dos Bens Imóveis a Classificar/a Registrar compreende, principalmente, os investimentos em bens imóveis (essencialmente edifícios) que estão pendentes de regularização para serem registrados ou atualizados na Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Consequentemente, tais valores não estão cadastrados no SPIUNET. O detalhamento encontra-se na Tabela 9.

A variação em “Benfeitorias em Propriedades de Terceiros” decorreu da reclassificação de imóvel registrado em tal conta. Trata-se de imóvel da União pendente de atualização no SPIUNET, cujo saldo foi adicionado, portanto, a “Bens Imóveis a Classificar/a Registrar”, trata-se do imóvel na cidade de Pau dos Ferros/RN.

Tabela 9 - Bens Imóveis a Classificar/Registrar. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Sede da JFRN em Natal/RN	306.723,00	0,00	8%	-
Sede da Subseção Judiciária em Mossoró/RN	2.341.931,88	1.841.949,95	61%	27%
Sede da Subseção Judiciária em Caicó/RN	737.742,86	737.742,86	19%	0%
Sede da Subseção Judiciária em Pau Dos Ferros/RN	437.856,78	0,00	11%	-
Total	3.824.254,52	2.579.692,81	100%	48%

Fonte: SIAFI.

O saldo de “Bens Imóveis em Andamento”, cuja transferência realiza-se quando se concluem as obras contratadas correspondentes, apresenta a composição abaixo:

Tabela 10 - Obras em andamento. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Sede da JFRN em Natal/RN	2.159.368,87	2.074.191,87	87,51%	4,11%
Sede da Subseção Judiciária em Mossoró/RN	23.000,00	433.216,88	0,93%	-94,69%
Sede da Subseção Judiciária em Caicó/RN	255.474,25	2.000,00	10,35%	12673,71%
Sede da Subseção Judiciária em Pau Dos Ferros/RN	29.600,00	0,00	1,20%	-
Total	2.467.443,12	2.509.408,75	100,00%	-1,67%

Fonte: SIAFI.

Nota 06 - Intangível

O ativo intangível, em 31/12/2023, era composto integralmente de softwares, segregados em de vida útil definida e de vida útil indefinida, conforme detalhado abaixo.

Tabela 11 - Softwares. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Softwares com vida útil definida - valor bruto	4.703.100,75	4.168.577,75		12,82%
Amortização	2.349.941,10	933.129,81		151,83%
Softwares com vida útil definida - valor líquido	2.353.159,65	3.235.447,94	61,30%	-27,27%
Softwares com vida útil indefinida	1.485.427,11	1.485.427,11	38,70%	0,00%
Total	3.838.586,76	4.720.875,05	100,00%	-18,69%

Fonte: SIAFI

O aumento significativo na amortização acumulada decorreu de aquisições realizadas ao final de dezembro de 2022 (R\$ 2.825.093,75) que, dessa forma, somente iniciaram a amortização no exercício de 2023.

Nota 07 – Passivo Circulante

O passivo circulante, em 31/12/2023, apresenta a seguinte composição:

Tabela 12 - Passivo Circulante. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	5.188.330,40	211.873,10	65,88%	2348,79%



Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	83.699,17	1.001.844,46	1,06%	-91,65%
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.603.160,70	104.767,71	33,06%	2384,70%
Total	7.875.190,27	1.318.485,27	100,00%	497,29%

Fonte: SIAFI

a) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

A maior parcela (65,88%) das obrigações no curto prazo da entidade referem-se a esse subgrupo. Segue detalhamento:

Tabela 13 – Obrig. Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
INSS a Pagar	283.669,30	0,00	5,47%	-
Pessoal a Pagar	4.213.983,42	211.873,10	81,22%	1889%
Contribuição Patronal ao RPPS	690.677,68	0,00	13,31%	-
Total	5.188.330,40	211.873,10	100,00%	2349%

Fonte: SIAFI.

O item mais relevante, tanto em proporção ao total do subgrupo como em variação, corresponde a “Pessoal a Pagar”, que inclui o Adicional por Tempo de Serviço devido aos magistrados (63% do item), pagamento de servidores requisitados (18%) e férias a pagar para magistrados e servidores (19%). Os demais itens referem-se a contribuições previdenciárias patronais a pagar.

b) Demais obrigações: referem-se a retenção na fonte de tributos incidentes sobre os pagamentos realizados: 90% refere-se ao IRRF e 10% a contribuição previdenciária ao INSS. Os valores são recolhidos por DARF no mês seguinte à retenção.

Nota 08 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem a linha “Resultados Acumulados” do Balanço Patrimonial, que também é composta pelo “resultado do exercício” e pelos “resultados de exercícios anteriores”. Essas contas registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Especificam-se os movimentos realizados nessa conta na tabela abaixo:

Tabela 14 - Ajustes de Exercícios Anteriores, movimentos em 2023.

Descrição	R\$
Saldo em 31/12/2022	3.012.694,66
Reclassificação para resultados de exercícios anteriores	-3.012.694,66
Baixa do material de consumo utilizado, referente a dez/2022	-5.596,00
Registro da depreciação de bens móveis referente a dez/2022	-121.418,37
Registro da amortização do intangível em dez/2022	-40.502,85
Retificação de erro no recebimento de bem doado em 2022	34.472,89
Baixa de passivo liquidado em 2022	1.193.738,75
Reconhecimento de passivo de exercício anterior – ATS de magistrados	-3.133.120,37
Saldo em 31/12/2023	-2.072.425,95

Fonte: SIAFI

Nota 09 – Atos Potenciais Ativos

Em 31/12/2023, os atos potenciais ativos representam as garantias recebidas, referentes a contratos



administrativos firmados com terceiros. Identificou-se, em 2023, saldo de R\$ 1.391.558,93 referente a contrato fora de vigência. Desse modo, realizou-se a baixa desse valor.

Nota 10 – Obrigações Contratuais

As obrigações contratuais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros. Estão compostas da seguinte forma:

Tabela 15 - Contratos firmados pela SJRN. Valores em R\$.

Item	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Contratos de Aluguéis	127.763,51	2.322.100,44	0,36%	-94,50%
Contratos de Fornecimento de Bens	3.153.272,86	919.063,96	8,90%	243,10%
Contratos de Serviços	32.130.271,34	30.445.568,41	90,73%	5,53%
Total	35.411.307,71	33.686.732,81	100,00%	5,12%

Fonte: SIAFI

Os contratos de aluguel representam serviços de *outsourcing* de impressão, cópias e digitalizações. A variação nesse item decorreu, principalmente, da baixa de contratos fora de vigência. Os contratos de fornecimento de bens relacionam-se, em sua quase totalidade, à aquisição de equipamentos de TIC (80,21%) e materiais utilizados nos serviços de manutenção de bens móveis e imóveis (19,71%).

Quanto aos contratos de serviços, segue detalhamento por serviço contratado, para os valores mais significativos em 31/12/2023. Ressalte-se que os valores correspondem a toda a vigência contratual e, portanto, não necessariamente a apenas 12 meses.

Tabela 16 - Serviços contratados. Valores em R\$.

Descrição do Objeto	31/12/2023	AV
Agenciamento de viagens.	884.199,19	2,75%
Apoio administrativo, limpeza, asseio e conservação predial	1.414.596,32	4,40%
Assistência a saúde.	16.473.634,42	51,27%
Licença software suíte de escritório (Office 365).	404.165,70	1,26%
Manutenção e instalação de sistemas de climatização e refrigeração.	1.302.081,49	4,05%
Manutenção predial	1.067.832,02	3,32%
Solução de TIC (hardware e software) para rede LAN.	1.496.700,00	4,66%
Telefonia fixa comutada - STFB.	410.569,25	1,28%
Telefonia móvel e acesso a dados	2.721.114,56	8,47%
Vigilância armada	1.343.203,66	4,18%
Vigilância eletrônica 24h.	410.612,15	1,28%
Demais serviços	4.201.562,58	13,08%
Total	32.130.271,34	100,00%

Fonte: SIAFI.

Nota 11 – Taxas

Nesse subgrupo, está a arrecadação de receitas a título de custas judiciais, cujos valores são recolhidos em favor do Tesouro Nacional.

Nota 12 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Em 31/12/2021, o saldo refere-se às receitas de contrato de cessão de uso de espaço físico de imóvel firmado com a Caixa Econômica Federal, cujos valores são recolhidos em favor do Tesouro Nacional.

Nota 13 – Transferências Financeiras Recebidas

As “Transferências Financeiras Recebidas” estão evidenciadas na Demonstração das Variações Patrimoniais (nas Variações Patrimoniais Aumentativas, em “Transferências Intragovernamentais”), no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A composição desse subgrupo, em 31/12/2021, por item de conta contábil, era:

Tabela 17 - Transferências Intragovernamentais recebidas, por item de conta contábil. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Demais Transferências Recebidas	28.879,83	100,00	0,01%	28779,83%
Devolução do Diferido	0,00	50.000,01	0,00%	-100,00%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	16.877,11	8.833,92	0,01%	91,05%
Repasse Recebido	56.776,37	0,00	0,03%	-
Sub-Repasse Recebido	205.879.036,72	198.543.764,48	99,95%	3,69%
Transferências Recebidas para Pgto. de RP	0,00	131.582,05	0,00%	-100,00%
Total	205.981.570,03	198.734.280,46	100,00%	3,65%

Fonte: SIAFI

Nesse subgrupo, o item mais representativo (99,95%) são os sub-repasses recebidos da Setorial Financeira para o pagamento das despesas orçamentárias.

Nota 14 – Ganhos com Incorporação de Ativos

Referem-se a Termos de Execução Descentralizada - TED, firmados com o Instituto Metrôpole Digital/UFRN, que se encontram em andamento.

Nota 15 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

O subgrupo “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” tem por função consignar as variações patrimoniais aumentativas não classificadas em subgrupos específicos, sendo composto pelos itens apresentados na tabela a seguir.

Tabela 18 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Multas Administrativas	5.849,91	19.044,12	0,30%	-69,28%
Restituições	1.922.286,39	2.684.902,76	99,61%	-28,40%
VPA Decorrente de Fatores Geradores Diversos	1.726,18	549,21	0,09%	214,30%
Total	1.929.862,48	2.704.496,09	100,00%	-28,64%

Fonte: SIAFI

O valor mais representativo (99,61%) corresponde às restituições de honorários periciais decorrentes de assistência judiciária gratuita.

Nota 16 – Pessoal e Encargos

Inclui os subgrupos “Remuneração a Pessoal”, “Encargos Patronais”, “Benefícios a Pessoal” e “Outras VPDs – Pessoal e Encargos”. Em 2023, as despesas nesse grupo representaram 67% do total das variações patrimoniais passivas.

- a) Remuneração a Pessoal

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil, correspondendo ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias fixas e variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público.

“Remuneração a Pessoal” é o subgrupo de maior valor em “Pessoal e Encargos” e atingiu, em 2023, 77,70% do valor total para o grupo.

Tabela 19 - Remuneração a Pessoal. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
13º Salário	7.573.517,92	7.568.067,62	6,86%	0,07%
Abonos	700.917,92	935.396,98	0,63%	-25,07%
Adicionais	7.635,55	6.983,52	0,01%	9,34%
Férias	12.990.064,37	12.982.875,34	11,76%	0,06%
Gratificações	51.955.838,55	48.948.895,32	47,05%	6,14%
Licenças	9.046,64	0,00	0,01%	-
Sentenças Judiciais - Pessoal Ativo RPPS	62.689,01	40.556,16	0,06%	54,57%
Vencimentos e Salários	37.137.039,12	34.366.154,59	33,63%	8,06%
Total	110.436.749,08	104.848.929,53	100,00%	5,33%

Fonte: SIAFI.

b) Encargos Patronais

Refere-se aos encargos trabalhistas de responsabilidade do empregados, incidentes sobre a folha de pagamento dos servidores e empregados ativos, pertencentes aos órgãos e demais entidades do setor público, bem como contribuições a entidades fechadas de previdência. Em 2023, compreendeu 12,23% do total para o grupo.

Tabela 20 - Encargos Patronais. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Complementação de Previdência	1.650.656,10	1.023.715,96	9,49%	61,24%
Contribuição Patronal para o RPPS	15.621.850,74	19.295.515,66	89,86%	-19,04%
Contribuições Previdenciárias - INSS	113.047,84	98.370,92	0,65%	14,92%
Total	17.385.554,68	20.417.602,54	100,00%	-14,85%

Fonte: SIAFI.

Destaca-se, com maior valor, o item “Contribuição Patronal para o RPPS”. Além disso, verifica-se redução da contribuição patronal ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) concomitante ao aumento da complementação de previdência. O resultado líquido de tais variações foi, em 2023, redução do total para o subgrupo de 14,85%.

c) Benefícios a Pessoal

Este subgrupo se refere às variações patrimoniais diminutivas com benefícios devidos a pessoal civil, tais como ajuda de custo, indenização de transporte, auxílio-moradia, auxílio alimentação, auxílio-transporte e auxílio-creche.

Tabela 21 - Benefícios a Pessoal. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Ajuda de custo	366.429,35	71.826,05	4,23%	410,16%
Auxílio-alimentação	6.046.744,87	4.429.483,47	69,75%	36,51%
Auxílio-creche	1.217.514,85	995.234,46	14,04%	22,33%
Auxílio-moradia	127.224,43	110.000,00	1,47%	15,66%
Auxílio-transporte	26.499,38	13.578,39	0,31%	95,16%



Indenização de Transporte	879.113,94	748.777,52	10,14%	17,41%
Outros Benefícios a Pessoal	6.098,41		0,07%	-
Total	8.669.625,23	6.368.899,89	100,00%	36,12%

Fonte: SIAFI.

O item com maior gasto foi o “Auxílio-Alimentação”, abrangendo 69,75% do total para o subgrupo. A variação no valor de “Ajuda de Custo” decorreu do aumento no número de magistrados e servidores removidos em 2023.

d) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos

Compreende outras variações patrimoniais diminutivas relacionadas a pessoal e encargos não abrangidas nos demais subgrupos.

Tabela 22 - Outras VPDs – Pessoal e Encargos. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Indenizações e Restituições Trabalhistas	391.967,58	140.842,76	6,94%	178,30%
Pessoal Requisitado de Outros Entes	3.299.070,68	3.643.974,61	58,43%	-9,47%
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	1.955.467,32	1.736.640,08	34,63%	12,60%
Total	5.646.505,58	5.521.457,45	100,00%	2,26%

Fonte: SIAFI.

Os itens com maiores gastos constituem os pagamentos de pessoal requisitado e, dentre esses, o pessoal requisitados de outros entes da federação.

Nota 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O grupo “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” abrange as aposentadorias, as pensões e os benefícios assistenciais. Em 2023, englobou 14% das variações patrimoniais diminutivas.

O item “Aposentadorias e Reformas” representa 85,67% do grupo e apresentou a maior variação absoluta. Verifica-se, também, estabilidade nas pensões e considerável redução percentual na assistência a saúde.

Tabela 23 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Aposentadorias e Reformas	25.678.500,90	22.232.995,55	85,67%	15,50%
Assistência a Saúde	314.323,85	523.046,83	1,05%	-39,91%
Auxílio-funeral	39.369,15	0,00	0,13%	-
Auxílio-natalidade	4.252,15	9.888,75	0,01%	-57,00%
Outros Benefícios Assistenciais	27.012,53	13.791,46	0,09%	95,86%
Pensões	3.911.688,72	3.750.843,75	13,05%	4,29%
Total	29.975.147,30	26.530.566,34	100,00%	12,98%

Fonte: SIAFI.

Nota 18 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, este grupo compreende as demais despesas necessárias a manutenção e operação da unidade. Inclusive o valor do desgaste ou a perda da vida útil do seu ativo imobilizado ou intangível, por meio do registro da despesa de depreciação ou amortização.

Este grupo representa 13,39% do total das variações patrimoniais passivas. Segue detalhamento de cada subgrupo.



a) Material de consumo: representa 4,85% do total do grupo.

Tabela 24 - Materiais de consumo utilizados. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Material de Consumo Imediato	857.853,80	716.350,06	62,22%	19,75%
Consumo de Materiais Estocados - Almoxarifado	330.884,16	290.162,29	24,00%	14,03%
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	160.609,41	241.958,80	11,65%	-33,62%
Demais Materiais	29.489,98	6.602,52	2,14%	346,65%
Total	1.378.837,35	1.255.073,67	100,00%	9,86%

Fonte: SIAFI

O item “Material de Consumo Imediato” abrange 62% do subgrupo e se relaciona a contratos com fornecimento de material. O valor mais significativo nesses contratos corresponde aos materiais para manutenção de bens móveis e imóveis que, em 2023, compreenderam 67% do item. Materiais de TIC representaram 12% dos materiais de consumo imediato no mesmo período.

b) Serviços: englobam 84,26% do total do grupo.

Tabela 25 - Serviços prestados à JFRN. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física	9.197.464,51	7.803.810,47	38,40%	17,86%
Serviços de Apoio Adm., Técnico e Operacional	6.381.505,34	5.254.500,84	26,64%	21,45%
Serviços Técnicos Profissionais – Pessoa Jurídica	2.900.691,70	3.687.880,29	12,11%	-21,35%
Serviços de Água e Esgoto e de Energia Elétrica	1.436.550,55	1.400.422,52	6,00%	2,58%
Serviços Educacionais e Culturais - Pessoa Física	1.136.983,50	991.130,45	4,75%	14,72%
Diárias	863.421,18	624.143,42	3,60%	38,34%
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual	744.970,79	571.315,78	3,11%	30,40%
Locação e Arrendamento Mercantil Operacional	642.844,26	733.146,77	2,68%	-12,32%
Demais Serviços	646.946,39	417.219,44	2,70%	55,06%
Total	23.951.378,22	21.483.569,98	100,00%	11,49%

Fonte: SIAFI

No valor dos serviços técnicos profissionais - pessoa física, 98% corresponde a honorários periciais da assistência judiciária gratuita. Para os serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, 85% dos dispêndios correspondem às atividades de limpeza, de conservação e manutenção de bens móveis e imóveis e de vigilância. Nos serviços técnicos profissionais - pessoa jurídica, 56% foram gastos com serviços de TIC e 37% com serviços relacionados ao plano de saúde dos magistrados e servidores. Por fim, os serviços educacionais e culturais - pessoa física referem-se, na quase totalidade, ao pagamento dos estagiários da JFRN.

c) Depreciação e amortização: representaram 10,89% do total do grupo.

Tabela 26 - Depreciação e Amortização. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Depreciação de Bens Moveis	1.431.193,22	1.330.104,11	46,24%	7,60%
Amortização de Intangíveis	1.376.308,44	416.364,97	44,46%	230,55%
Depreciação de Bens Imóveis	287.857,91	246.983,32	9,30%	16,55%
Total	3.095.359,57	1.993.452,40	100,00%	55,28%

Fonte: SIAFI.

O aumento significativo na amortização acumulada decorreu de aquisições realizadas no término de dezembro de 2022 (R\$ 2.825.093,75) que, dessa forma, somente iniciaram a amortização no exercício de 2023.

As “Transferências Financeiras Concedidas” estão evidenciadas na Demonstração das Variações Patrimoniais (nas Variações Patrimoniais Diminutivas, em “Transferências Intragovernamentais”), no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Tabela 27 - Transferências Financeiras Concedidas. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Devolução do Diferido (Sub-Repasse Devolvido)	0,00	1.152,60	0,00%	-100,00%
Movimento de Saldos Patrimoniais	3.370.337,70	4.083.233,87	39,24%	-17,46%
Repasse Concedido	2.737.488,51	1.178.858,95	31,87%	132,22%
Transferências Concedidas para Pgto. de RP	2.481.126,36	103.696,92	28,89%	2292,67%
Total	8.588.952,57	5.366.942,34	100,00%	60,03%

Fonte: SIAFI.

O “Movimento de Saldos Patrimoniais” refere-se, essencialmente, a recolhimentos ao Tesouro Nacional de valores arrecadados por GRU. “Repasse concedido” e “Transferências Concedidas para Pagamento de RP” correspondem, por sua vez, a movimentações de financeiro relativas a Termos de Execução Descentralizada firmados com o Instituto Metrópole Digital/UFRN. As variações entre os exercícios financeiros relacionam-se aos valores dos termos firmados e à execução da despesa na entidade descentralizada.

Nota 20 – Desincorporação de Ativos

Refere-se a desincorporação de bens móveis do ativo, no valor de R\$ 41.551,42, e à baixa por conclusão de Termo de Execução Descentralizada, no valor de R\$ 792.012,00, firmado com o Instituto Metrópole Digital/UFRN.

Nota 21 – Tributárias

Referem-se a taxas, contribuições sociais, contribuição para o serviço de iluminação pública e outras contribuições.

Entre as taxas, 95,57% dos gastos correspondem a Taxa Municipal de Coleta de Lixo, 4,00% a Taxa de Licenciamento Anual de Veículos e o valor residual a Taxa de Anotações de Responsabilidade Técnica decorrentes de serviços de engenharia. As contribuições apresentam a distribuição a seguir.

Tabela 28 - Variações Patrimoniais Diminutivas Tributárias, Contribuições. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Contribuição para o Serviço de Iluminação Pública - COSIP	11.980,38	10.235,16	0,66%	17,05%
Contribuição Patronal ao INSS sobre Serviços de Pessoa Física	1.805.212,89	1.527.524,46	99,34%	18,18%
Total	1.817.193,27	1.537.759,62	100,00%	18,17%

Fonte: SIAFI.

Quanto à Contribuição Patronal ao INSS, mais de 99% incide sobre os honorários periciais da assistência judiciária gratuita, o valor residual refere-se a outros serviços de pessoa física prestados à JFRN.

Nota 22 – Receitas Orçamentárias

Na JFRN, pela metodologia adotada para elaboração do demonstrativo pela Secretaria do Tesouro Nacional, não existe o registro da previsão e realização de receita orçamentária, pois a entidade não possui a função precípua de arrecadação de receitas. Saliente-se que os recursos recebidos para pagamento das despesas orçamentárias originam-se de transferência financeiras recebidas (sub-repasses).

Ressalte-se a arrecadação de receitas por meio de Guia de Recolhimento da União pela unidade da Justiça



Federal, referentes a custas judiciais. Porém, os recursos recolhidos por meio de GRU, em geral, são transferidos ao Tesouro Nacional, a título de receitas, à exceção daqueles recolhidos a título de anulação de despesa e de depósitos judiciais e de terceiros, que permanecem na Unidade Gestora (UG) na conta de limite de saque.

Nota 23 – Despesas Orçamentárias

O grupo de maior relevância é “Pessoal e encargos sociais”, que representa 76% do total empenhado em 2023:

Tabela 29 - Despesa empenhada. Valores em R\$.

Grupo de Despesa	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 158.204.835,49	R\$ 155.579.178,48	76%	2%
Outras Despesas Correntes	R\$ 36.505.357,73	R\$ 31.465.027,80	18%	16%
Despesas Correntes	R\$ 194.710.193,22	R\$ 187.044.206,28	94%	4%
Investimentos	R\$ 12.617.017,48	R\$ 9.225.978,43	6%	37%
Total	R\$ 207.327.210,70	R\$ 196.270.184,71	100%	6%

Fonte: SIAFI.

a) Despesas Correntes

O grupo de “Pessoal e Encargos Sociais” agrega os seguintes elementos:

Tabela 30 - Pessoal e encargos sociais. Valores em R\$.

Elemento de Despesa	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	25.012.342,13	21.817.124,14	15,81%	14,65%
Contribuição a Entidade Fechada Previdência	1.650.656,10	1.022.763,24	1,04%	61,39%
Despesas de Exercícios Anteriores	694.510,93	2.475.504,43	0,44%	-71,94%
Indenizações e Restituições Trabalhistas	391.967,58	28.545,73	0,25%	1273,12%
Obrigações Patronais	15.712.809,28	19.225.156,56	9,93%	-18,27%
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	3.499.772,69	2.438.341,27	2,21%	43,53%
Pensões	3.905.566,47	3.698.363,63	2,47%	5,60%
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	4.590.124,64	5.385.425,49	2,90%	-14,77%
Sentenças Judiciais	290.769,80	346.598,20	0,18%	-16,11%
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	102.456.315,87	99.141.355,79	64,76%	3,34%
Total	158.204.835,49	155.579.178,48	100,00%	1,69%

Fonte: SIAFI.

Destacam-se o aumento nos gastos com aposentadorias, o aumento da contribuição a entidade fechada de previdência e a redução das obrigações patronais ao RPPS. Os vencimentos e vantagens fixas do pessoal civil apresentaram estabilidade.

Já as “Outras Despesas Correntes” são detalhadas conforme tabela a seguir, com base no saldo da despesa empenhada.

Tabela 31 - Outras despesas correntes. Valores em R\$.

Elemento de Despesa	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Auxílio-alimentação	R\$ 6.164.150,00	R\$ 4.834.096,77	16,89%	27,51%
Auxílio-transporte	R\$ 164.085,82	R\$ 92.624,16	0,45%	77,15%
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 224.634,04	R\$ 1.063.020,95	0,62%	-78,87%
Diárias - Pessoal Civil	R\$ 777.947,91	R\$ 581.018,71	2,13%	33,89%
Indenizações e Restituições	R\$ 1.706.045,60	R\$ 1.465.061,56	4,67%	16,45%
Material de Consumo	R\$ 1.357.128,38	R\$ 1.155.140,30	3,72%	17,49%
Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.885.492,48	R\$ 1.466.227,86	5,16%	28,59%



Outros Benefícios Assist. do Servidor	R\$ 1.274.238,12	R\$ 1.013.873,61	3,49%	25,68%
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 10.172.938,74	R\$ 7.995.139,85	27,87%	27,24%
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 8.975.132,86	R\$ 8.748.949,71	24,59%	2,59%
Passagens e Despesas Com Locomoção	R\$ 419.643,42	R\$ 237.735,95	1,15%	76,52%
Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	R\$ 272.392,05	R\$ 293.668,87	0,75%	-7,25%
Sentenças Judiciais	R\$ 15.337,90	R\$ 5.147,52	0,04%	197,97%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica	R\$ 3.096.190,41	R\$ 2.513.321,98	8,48%	23,19%
Total	R\$ 36.505.357,73	R\$ 31.465.027,80	100,00%	16,02%

Para o elemento com maior valor, “Outros serviços de terceiros - pessoa física”, 87% refere-se a despesas com honorários periciais da assistência judiciária gratuita.

Entre os “Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica”, destacam-se apoio administrativo, técnico e operacional, vigilância, limpeza, conservação e manutenção de bens móveis e imóveis (62% do total do item), serviços relativos ao plano de saúde dos magistrados e servidores (16%) e fornecimento de energia elétrica (12%), totalizando 90% do item.

b) Despesas de Capital

Correspondeu a gastos com investimentos, conforme detalhamento na tabela a seguir.

Tabela 32 – Investimentos, composição por elemento. Valores em R\$.

Elemento De Despesa	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Diárias - Pessoal Civil	R\$ 20.203,30	0,00	0,16%	-
Equipamentos e Material Permanente	R\$ 10.607.039,48	R\$ 3.783.957,66	84,07%	180,32%
Indenizações e Restituições	R\$ 1.051,56	0,00	0,01%	-
Obras e Instalações	R\$ 1.113.600,00	R\$ 84.669,92	8,83%	1215,23%
Outros Serviços de Terceiros PJ	R\$ 340.600,14	R\$ 2.380.071,01	2,70%	-85,69%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica	R\$ 534.523,00	R\$ 2.977.279,84	4,24%	-82,05%
Total	R\$ 12.617.017,48	R\$ 9.225.978,43	100,00%	36,76%

Fonte: SIAFI

Os subitens “Diárias – Pessoal Civil” e “Indenizações e Restituições” referem-se a gastos com deslocamento de servidores para realizarem a fiscalização de obras em andamento. Os gastos com “Obras e Instalações” destinam-se à sede da JFRN, em Natal, e à subseção em Pau dos Ferros. Os “Outros Serviços de Terceiros PJ” referem-se a gastos incorporáveis com a manutenção de imóveis. Os “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação PJ” constituíram aquisições de software.

Em 2023, a despesa orçamentária para aquisição de “Equipamentos e Material Permanente” destinou-se aos seguintes subitens:

Tabela 33 - Despesa Empenhada para Equipamentos e Material Permanente. Valores em R\$.

Subitem	2023	2022	AV	AH
Aparelhos e Utensílios Domésticos	19.392,22	65.937,12	0,18%	-70,59%
Equip. e Utensílios Hidráulicos E Elétricos	3.945,36	0,00	0,04%	-
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	40.108,89	135.906,40	0,38%	-70,49%
Equipamentos de TIC - Ativos De Rede	5.476.573,91	658.500,00	51,63%	731,67%
Equipamentos de TIC - Computadores	3.132.315,75	1.249.831,14	29,53%	150,62%
Equipamentos de TIC - Servidores/Storage	594.565,22	862.840,00	5,61%	-31,09%
Equipamentos de TIC - Telefonia	0,00	3.498,00	0,00%	-100,00%
Outros Materiais de TIC	0,00	197.800,00	0,00%	-100,00%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	274.445,00	0,00	2,59%	-
Máquinas e Equipamentos Agric. e Rodoviários	4.800,00	2.540,00	0,05%	88,98%



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte

Máquinas e Equipamentos Energéticos	60.000,00	0,00	0,57%	-
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	3.060,00	0,00	0,03%	-
Mobiliário em Geral	67.647,49	607.105,00	0,64%	-88,86%
Pecas não Incorporáveis a Imóveis	5.602,95	0,00	0,05%	-
Veículos de Tração Mecânica	924.582,69	0,00	8,72%	-
Total	10.607.039,48	3.783.957,66	100,00%	180,32%

Fonte: SIAFI

Observa-se que 86,77% dessas compras destinaram-se a equipamentos de TIC em geral. Em 2023, também investiu-se na renovação da frota veicular, cujos gastos representaram 8,72% das aquisições de material permanente.

Nota 24 – Execução dos Restos a Pagar não Processados

Em 2023, havia um saldo de R\$ 2.685,498,31 de restos a pagar não processados. Desse total, 59% foram liquidados e pagos, realizando-se o cancelamento de 7%. Segue detalhamento da realização por grupo de despesa.

Tabela 34 - Execução de Restos a Pagar Não Processados em 2023. Valores em R\$.

	Inscritos em 2022	Pagos	Cancelados	Saldo	Realização
Pessoal e Encargos Sociais	1.263.152,31	355.097,70	30.146,95	877.907,66	28%
Outras Despesas Correntes	228.704,19	218.856,15	9.848,04	0,00	96%
Total Despesas Correntes	1.491.856,50	573.953,85	39.994,99	877.907,66	38%
Despesa de Capital - Investimentos	1.193.641,81	999.285,98	160.565,83	33.790,00	84%
Total RPNP	2.685.498,31	1.573.239,83	200.560,82	911.697,66	59%

Fonte: SIAFI

Nota 25 – Inscrição de Restos a Pagar Processados

Em 2023, a Inscrição de Restos a Pagar Processados realizou-se com a seguinte distribuição por grupo de despesa:

Tabela 35 - Inscrição de Restos a Pagar Processados. Valores em R\$.

	31/12/2023	AV
Pessoal e Encargos Sociais	2.161.402,72	72,15%
Outras Despesas Correntes	821.652,17	27,43%
Despesas Correntes Total	2.983.054,89	99,58%
Despesas de Capital - Investimentos	12.700,54	0,42%
Total RPP inscritos	2.995.755,43	100,00%

Fonte: SIAFI

Do total inscrito, cerca de 90% correspondem a tributos a recolher por meio de DARF em janeiro de 2024.

Nota 26 – Inscrição de Restos a Pagar Não Processados

Em 2023, a Inscrição de Restos a Pagar Não Processados realizou-se com a seguinte distribuição por grupo de despesa:

Tabela 36 - Inscrição de Restos a Pagar Não Processados. Valores em R\$.

	31/12/2023	AV
Pessoal e Encargos Sociais	208.080,80	6,58%
Outras Despesas Correntes	579.322,01	18,32%
Despesas Correntes Total	787.402,81	24,89%
Despesas de Capital - Investimentos	2.375.539,26	75,11%



Total RPNP inscritos	3.162.942,07	100,00%
----------------------	--------------	---------

Fonte: SIAFI.

As despesas do grupo “Investimentos” são as mais relevantes, perfazendo 75,11% do total inscrito. Em relação a esse grupo, 66,80% do saldo destina-se a adquirir equipamentos de TIC, 32,85% a obras em andamento e o valor residual a aparelhos e utensílios domésticos.

Nota 27 – Desembolsos das Atividades Operacionais.

As “Atividades Operacionais” comprometeram 94,67% dos desembolsos realizados em 2023 e apresentaram um aumento de 4,70% no mesmo período.

a) Pessoal e Demais Despesas

“Pessoal e Demais Despesas”, que contiveram 86,75% dos desembolsos operacionais, são decorrentes essencialmente da execução do orçamento com despesas correntes para a prestação de serviços aos jurisdicionados e pagamento de aposentadorias e pensões. Distribuem-se da seguinte forma:

Tabela 37 - Pessoal e Demais Despesas. Valores em R\$.

Função	Detalhamento	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Judiciário (I)	Pessoal Ativo e Previdência Complementar	111.665.709,22	109.349.614,19	64,04%	2,12%
	Outras Despesas Correntes	25.436.085,17	22.654.226,06	14,59%	12,28%
	Judiciaria Total	137.101.794,39	132.003.840,25	78,63%	3,86%
Previdência Social (II)	Aposentadorias e Pensões Civis da Uniao	27.212.966,67	25.338.301,74	15,61%	7,40%
Encargos Especiais (III)	Benefício Especial - Lei N. 12.618, de 2012	1.683.776,16	625.549,77	0,97%	169,17%
	Outras Despesas Correntes - Honorários Periciais da Assistência Judiciária Gratuita	8.371.073,74	7.312.021,95	4,80%	14,48%
	Encargos Especiais Total	10.054.849,90	7.937.571,72	5,77%	26,67%
Subtotal (IV) = (I+II+III)		174.369.610,96	165.279.713,71	100,00%	5,50%
Ordens bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento (V)		-168,19	-490,35		
Total Pessoal e Demais Despesas (VI) = (IV+V)		174.369.442,77	165.279.223,36		

Fonte: SIAFI.

A maior parcela desses fluxos de caixa é representada pelos pagamentos a pessoal ativo. Em 2023, esses gastos alcançaram 64,04% do total dispendido para “Pessoal e Demais Despesas” e apresentaram estabilidade.

b) Transferências Concedidas

As “Transferências Concedidas” destinaram-se ao pagamento de contribuições previdenciárias patronais pela JFRN. Segue detalhamento:

Tabela 38 – Transferências Concedidas. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pessoal	15.632.946,54	19.393.886,58	91,04%	-19,39%
Contribuição Previdenciária Patronal sobre serviços de terceiros pessoa física	1.539.156,29	1.527.524,46	8,96%	0,76%
Total	17.172.102,83	20.921.411,04	100,00%	-17,92%

Fonte: SIAFI.

A contribuição patronal incidente sobre a folha de pessoal é representada pelos pagamentos ao RPPS. Observa-se, para esse item, significativa redução em 2023. Por sua vez, a contribuição patronal sobre serviços de terceiros decorre, em sua quase totalidade, do pagamento de honorários periciais para a assistência judiciária gratuita.

c) Outros Desembolsos Operacionais

Os “Dispêndios Extraorçamentários” referiram-se, em essência, à regularização de pagamentos não realizados em decorrência de ordens bancárias devolvidas e compensam-se com os “Ingressos Extraorçamentários”.

Para informações sobre “Transferências Financeiras Concedidas”, ver nota 19.

Nota 28 – Desembolsos das Atividades de Investimento

As atividades de investimento comprometeram 5,33% dos desembolsos realizados em 2023 e apresentaram um aumento de 40,76% no mesmo período.

a) Aquisição de Ativo Não Circulante

A “Aquisição de Ativos Não Circulante” foi composta por investimentos em “Equipamentos e Material Permanente” e “Obras e Instalações”, conforme detalhamento abaixo.

Tabela 39 - Aquisição de Ativo Não Circulante. Valores em R\$.

	31/12/2023	31/12/2022	AV	AH
Equipamentos e Material Permanente	9.941.501,90	2.886.476,23	95,80%	244,42%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	19.375,34	57.776,00	0,19%	-66,46%
Equip. e Utensílios Hidráulicos E Elétricos	3.945,36		0,04%	-
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	66.025,29	109.990,00	0,64%	-39,97%
Equipamentos de TIC - Ativos de Rede	3.979.873,91	655.207,37	38,35%	507,42%
Equipamentos de TIC - Computadores	3.420.654,16	959.504,96	32,96%	256,50%
Equipamentos de TIC - Servidores/Storage	504.384,71	862.840,00	4,86%	-41,54%
Equipamentos de TIC - Telefonia		3.498,00	0,00%	-100,00%
Material de TIC (Permanente)		197.800,00	0,00%	-100,00%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	274.445,00		2,64%	-
Máquinas e Equipamentos Agric. e Rodoviários	4.800,00	2.540,00	0,05%	88,98%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	60.000,00		0,58%	-
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	3.060,00		0,03%	-
Mobiliário em Geral	674.752,49	37.319,90	6,50%	1708,02%
Pecas Não incorporáveis a Imóveis	5.602,95		0,05%	-
Veículos de Tração Mecânica	924.582,69		8,91%	-
Obras e Instalações	435.319,57	56.379,92	4,20%	672,12%
Estudos e Projetos	122.000,00	56.379,92	1,18%	116,39%
Obras em Andamento	313.319,57		3,02%	-
Total	10.376.821,47	2.942.856,15	100,00%	252,61%

Fonte: SIAFI.

“Equipamentos e Material Permanente” é o elemento de despesa mais representativo dos desembolsos e das variações de fluxo identificadas. Nesse elemento, “Equipamentos de TIC - Ativos de Rede” e “Equipamentos de TIC - Computadores”, agregaram 71,32% dos gastos e apresentaram as maiores variações absolutas. Destaque-se, também, os investimentos na renovação da frota veicular e no mobiliário em geral.

b) Outros Desembolsos de Investimentos

Os “Outros Desembolsos de Investimentos” corresponderam a aquisição de *software* (56%) e despesas incorporáveis com manutenção de imóveis (44%). Para esses dois itens, identificou-se redução dos dispêndios em cerca de 80%.

Nota 29 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Ocorreu geração líquida de caixa positiva nas atividades operacionais. Esse incremento e a redução no saldo de disponibilidades no período destinaram-se às atividades de investimento, que não possuíram ingressos em 2023.